

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.818 - RJ (2019/0049893-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
AGRAVANTE : **CHARLES DE AZEVEDO TAVARES**
AGRAVANTE : **SAMMY DOS SANTOS QUINTANILHA CARDOSO**
ADVOGADOS : **ROBSON GOMES BARCELLOS - RJ099050**
 ALZIRA DE CASTRO GARCIA DIAS - RJ021572
AGRAVANTE : **DANIEL SANTOS BENITEZ LOPEZ**
ADVOGADO : **ZOSER PLATA BONDIM HARDMAN DE ARAUJO - RJ142478**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

EMENTA

AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CONSELHO DE SENTENÇA. SISTEMA DE ÍNTIMA CONVICÇÃO. OCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO DE OITIVA DE CORRÉUS COMO TESTEMUNHAS. CORRÉUS QUE NÃO FORAM CONSIDERADOS DELATORES. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. USO DE ALGEMAS DURANTE A SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. AUSÊNCIA DE EFETIVO POLICIAL SUFICIENTE PARA A GARANTIA DO ATO. JUSTIFICATIVA SUFICIENTE. PROFISSIONALIZAÇÃO DO CORPO DE JURADOS. NÃO VERIFICAÇÃO *IN CASU*. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVAS PARA CONDENAÇÃO. ACORDÃO FIRMADO EM MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. *PAS DE NULITTÉ SANS GRIEF*. DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA.

Agravos em recurso especial não providos.

DECISÃO

Trata-se de agravos em recurso especial interpostos por **Daniel Santos Benitez Lopez, Charles de Azevedo Tavares e Sammy dos Santos Quintanilha Cardoso** contra a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que, em juízo de admissibilidade, negou seguimento aos recursos especiais por eles apresentados (fls. 10.982/10.989).

Segundo os autos, os agravantes, policiais militares, foram condenados pelo Tribunal do Júri pela prática dos crimes previstos de homicídio qualificado, previsto no art. 121, § 2º (motivo torpe), IV (mediante emboscada) e V (para assegurar a impunidade de outro crime), na forma do art. 29 e art. 13, § 2º, *a*, c/c o art. 62, III (agravante), e ainda o art. 288, parágrafo único, todos na forma do art. 69, do Código Penal, *relativamente ao*

homicídio de P L A, Juíza de Direito, bem como por crime conexo de quadrilha armada, fato ocorrido em 11/8/2011 (fls. 9.858/9.898).

Na sua insurgência, **Daniel Santos Benitez Lopez** sustenta que a sua condenação deve ser anulada em função da indevida profissionalização do corpo de jurados, o que compromete a imparcialidade do Conselho de Sentença, refletindo *subversão da função do Jurado, maculando, assim, a vontade popular na decisão da causa, deve o julgamento ser anulado, abolindo-se essa nefasta prática na comarca de Niterói/RJ* (fls. 10.778/10.779).

Aduz que houve uso de algemas em plenário, em contrariedade ao art. 474, § 3º, do Código de Processo Penal, e a Súmula Vinculante 11/STF (fl. 10.783).

Para a defesa técnica, houve cerceamento de defesa pelo indeferimento da oitiva do corréu **Sammy dos Santos Quintanilha** e pela rejeição de diligência requerida oportunamente, a provocar a violação do art. 422 do Código de Processo Penal (fl. 10.787).

Para o agravante, a dosimetria formulada pelo acórdão *a quo* não se firmou adequadamente, isto é, houve majoração infundada da pena imposta.

Requer o provimento de seu recurso.

O agravante **Charles de Azevedo Tavares** afirma que a sua condenação ocorreu sem provas suficientes nos autos, logo, os jurados decidiram em sentido contrário à prova dos autos, nos termos do art. 593, III, *d*, do Código de Processo Penal, isto é, *o Conselho de Sentença se encontra em total dissonância com o contexto probatório, razão porque deve ser anulada, devendo o recorrente ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri* (fl. 10.771).

Requer o agravante (fl. 10.771):

[...] Ante as argumentações expendidas, postula a defesa pelo provimento do recurso interposto para determinar a devolução dos autos ao Tribunal do Júri com vistas a novo julgamento, com fulcro 110 artigo 593, inciso III, alínea "d" do Código de Processo Penal, por ser de salutar Justiça.

[...]

Sammy dos Santos Quintanilha Cardoso, por sua vez, alega em seu recurso que a sua condenação é contrária à lei, porquanto *a exordial em desfavor do ora recorrente foi arquitetada com base no depoimento prestado pelo corréu Sérgio Costa Júnior, a chamada delação premiada, visivelmente mentirosa, vez que chamou aos autos o ora recorrente, que, à época dos fatos aqui tratados, encontrava-se preso temporariamente, por outro processo. Enfim, uma afronta a qualquer pessoa medianamente inteligente* (fl. 10.735).

Segundo a defesa técnica, não existem provas cabais da participação do ora agravante na empreitada criminoso, isto é, *o Conselho de Sentença se encontra em total dissonância com o contexto probatório, razão porque deve ser anulada, devendo o recorrente ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri* (fl. 10.738).

Requer o agravante (fl. 10.738):

[...] Por todo o exposto, o recorrente requer e espera o recebimento e o provimento do presente, para, anulada a decisão proferida, seja determinada a realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

[...]

Contrarrazões (fls. 10.889/10.936), os recursos especiais não foram admitidos na origem (fls. 10.982/10.989). Contra essa decisão as defesas interpuseram agravos (fls. 11.217/11.238).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo (fls. 11.585/11.606).

Registro que o agravo em recurso especial de Cláudio Luiz Silva de Oliveira não será examinado em razão do seu não conhecimento pela instância de origem, consoante certidão de fl. 11.609.

É o relatório.

O Conselho de Sentença, no uso de suas prerrogativas constitucionais, *adota o sistema da íntima convicção, no tocante à valoração das provas, de forma que "a decisão do Tribunal do Júri, soberana, é regida pelo princípio da livre convicção, e não*

pelo art. 93, IX, da CF (HC n. 82.023/RJ, Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 7/12/2009).

Nesse contexto, o voto condutor do acórdão *a quo* considerou que a condenação dos agravantes, prolatada pelo Conselho de Sentença, respeitou os trâmites legais, inexistindo mácula na ação penal, ou seja, afastaram-se os apontados cerceamentos de defesa, em especial sobre: a) composição de "*jurado profissional*", b) indeferimento de diligências; e c) oitivas de testemunhas requeridas pelas defesas técnicas, *in verbis* (fls. 9.875/9.888):

[...] Preliminar - cerceamento de defesa ante a composição do Conselho de Sentença pelo denominado "Jurado Profissional" (Daniel)

A defesa do corréu Daniel Benítez sustenta que os mesmos jurados já compunham o Conselho de Sentença há cerca de três meses e participaram de várias outras sessões plenárias, o que criaria afinidade entre eles e o Parquet em detrimento do advogado de defesa, com quem mantiveram contato numa única oportunidade.

Tal argumento, a sugerir, em última análise, suposta parcialidade do Conselho de Sentença, menoscaba a inteligência dos jurados - nenhum deles, aliás, recusado pela defesa - pois pressupõe a inferência de que não reuniriam condições intelectuais suficientes para discernirem os casos distintos sob seu julgamento, o que decerto não ultrapassa o campo da especulação.

Não obstante, a defesa forceja uma interpretação equivocada dos artigos do Código de Processo Penal que tratam do sorteio dos jurados para atuação na reunião periódica, afirmando o surgimento do chamado "jurado profissional".

Porém, como bem apontado pelo Parquet, inexistente na legislação qualquer dispositivo a determinar que a reunião mensal do Tribunal do Júri seja mensal, como quer a defesa, e não quadrimestral, conforme organizado pelo Juízo de Niterói, nem tampouco a indicação acerca de número limite de participação de cada jurado no período.

O que o Código de Processo Penal expressamente proíbe é a inclusão do nome de jurado na lista geral do ano seguinte àquele em que já esteve em exercício - e é nessa dimensão que se compreende o termo "jurado profissional" - bem como o exercício das funções mais de uma vez no mesmo processo, ou seja, a participação no julgamento de um corréu e posterior participação também do julgamento de outro corréu (art. 426, do CPP; art. 449, inciso I, do CPP).

A propósito, em reforço a essa última previsão legal, tem-se a Súmula n. 206 do STF, verbis: "É nulo o julgamento ulterior pelo júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior no mesmo processo".

Todavia, na espécie, essas duas hipóteses não ocorreram: nenhum dos jurados compôs a lista geral nos doze meses anteriores ou tampouco participou de júri de corréu. Inexistente, destarte, qualquer nulidade.

Preliminar - cerceamento de defesa ante ao indeferimento de diligências e de oitiva de corréu (Daniel)

A defesa do corréu Daniel afirma haver requerido, na fase do art. 422 do CPP,

várias diligências reputadas imprescindíveis, as quais foram indeferidas sob o fundamento de que seriam protelatórias e poderiam ser providenciadas pela própria parte com base no direito de petição. Segundo a defesa, a magistrada, porém, descurou que a advocacia privada não possui poder requisitório e, por conta disso, não conseguiria obter, por iniciativa própria, a documentação perquirida.

Sem razão, entretanto.

Inicialmente cumpre ponderar que a defesa postulou uma série de diligências, muitas das quais foram deferidas. Contudo, impossível dissentir dos fundamentos invocados para o indeferimento de outros tantos requerimentos, mostrando-se autoexplicativo o decisório de fls. 7092/7093 que tratou do assunto. Confira-se:

[...]

A defesa, não obstante, postulou a reconsideração do decisório, sobrevindo a prolação de novo decisum às fls. 7092/7093, mais uma vez superando os argumentos ora reprisados pelo recorrente:

[...]

Com efeito, a obtenção de peças de processos ou procedimentos nos quais o próprio réu figura como parte independe de poder requisitório.

Outrossim, o acesso a processos em segredo de justiça pode ser autorizado pelo respectivo juízo, uma vez demonstrado o interesse jurídico pelo peticionante. Para tanto - bem como para a obtenção de cópias de inquéritos policiais - basta ao causídico capacidade postulatória (CPP, art. CPP; CPC 1973 artigos 36 e 155, p. único; EOAB artigos 1* e 1-, XIV; Súmula Vinculante n. 14).

Noutro giro, a defesa aduz que também teria sofrido cerceamento por conta do indeferimento da oitiva do corréu Sammy dos Santos Quintanilha. Segundo alega, o juízo conferiu tratamento diferenciado à acusação ao permitir a oitiva dos corréus colaboradores.

Malgrado, há muito se encontra sedimentado na jurisprudência o entendimento de que não é admissível a oitiva de corréu na qualidade de testemunha, porquanto não possui ele o dever de dizer a verdade, além de poder silenciar-se sobre os fatos.

A única exceção, por óbvio, dá-se em relação aos chamados corréus delatores justamente por se encontram em situação jurídica distinta em virtude da assunção do dever de colaboração.

[...]

Da atenta leitura dos autos, denota-se a ausência de cerceamento de defesa, sobretudo porque *é cediço que, em regra, salvo situação excepcionalíssima, não se acolhe alegação de nulidade por cerceamento de defesa, em função do indeferimento de diligências, porquanto o Magistrado é o destinatário final da prova, logo, compete a ele, de maneira fundamentada e com base no arcabouço probatório produzido, analisar a pertinência, relevância e necessidade da realização da atividade probatória pleiteada* (AgRg no HC 498.993/RS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 22/8/2019) – (AgRg no AREsp n. 1.392.381/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 22/11/2019).

No mesmo sentido, no caso, a rejeição de oitiva do corréu **não** provocou cerceamento de defesa, em particular quando se colhe a jurisprudência deste Superior Tribunal: *Assim, incide o entendimento de que a ausência da oitiva de Corréu não configura cerceamento de defesa, devido ao fato de este não ser considerado testemunha, por não prestar compromisso, ter a possibilidade de permanecer em silêncio e de não confessar, conforme o art. 5.º, inciso LXIII, da Constituição da República* (HC n. 189.324/RJ, Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 26/9/2012).

Superado esse aspecto, o Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório disposto nos autos, consignou que a condenação dos agravantes se firmou em decisão isenta dos jurados, sob o manto do sistema da íntima convicção, por meio de parâmetros legais, amparada em provas documentais e testemunhais, dentro da proporcionalidade e da razoabilidade exigidas para o ato, tendo em vista as circunstâncias do caso em concreto, afastando-se, portanto, a tese das defesas técnicas relativamente à decisão *a quo* manifestamente contrária à prova dos autos, *in verbis* (fls. 9.881/9.894):

[...] Decisão manifestamente contrária à prova dos autos (Alex, Charles, Sammy, Cláudio Luiz, Daniel)

As defesas dos corréus Alex, Charles, Sammy, Cláudio Luiz, Daniel sustentam em uníssimo, que as decisões dos jurados teriam sido manifestamente contrárias às provas dos autos.

Em apertada síntese, a defesa de Alex Ribeiro Pereira afirma que sua condenação se lastreou nas palavras dos corréus delatores, tendo um deles, porém, se retratado e o outro retificado em juízo seu depoimento para excluí-lo da participação no homicídio. Segundo a defesa, Alex Ribeiro nada teve a ver com as mortes de Diego Belieni e de Anderson Matheus, as quais, na visão do Parquet, teriam determinado a execução da magistrada.

De maneira semelhante, a defesa de Charles Azevedo Tavares alega que sua condenação se deu exclusivamente em função das palavras do delator Sérgio reproduzidas em plenário pelo delegado e pelo inspetor de polícia responsáveis pela investigação. Não obstante - prossegue - a cada novo depoimento o próprio delator se contradisse; e mesmo tomando-se por base a delação, esta não faz referência ao nome de Charles dentre aqueles participantes da suposta reunião feita para tramar a execução da vítima.

A defesa de Sammy dos Santos Quintanilha Cardoso aduz que ele cumpria prisão temporária quando o crime ocorreu e que, por isso, não poderia ter prestado qualquer auxílio para a empreitada criminosa. Ademais, o delator Sérgio, secundado em plenário pela testemunha Ana Cláudia, afirmou que Sammy não tinha conhecimento do plano para matar a magistrada.

Por sua vez, a defesa de Cláudio Luiz Silva Oliveira alega que não há prova de que ele tenha agido em comum com os demais acusados ou aderido ao plano para

a prática dos crimes imputados.

Entretanto, incorrem as defesas em um desvio de perspectiva. Ao sustentarem que a prova acusatória se concentraria na delação de corréu - ou que as palavras do delator seriam contraditórias ou isentariam alguns corréus da participação nos crimes - as defesas, a rigor, revelam a pretensão de rediscutir a valoração da prova realizada pelos jurados, em cujo campo, porém, descabe à Corte imiscuir-se.

Com efeito, no Tribunal do Júri vigora o princípio da íntima convicção; os jurados são livres na valoração e na interpretação da prova, de modo que somente se admite a anulação de seus julgamentos excepcionalmente, em casos de manifesta arbitrariedade ou total

dissociação das provas contidas nos autos. Se a opção feita pelo Conselho de Sentença acerca das versões antagônicas apresentadas pela acusação e defesa encontrar respaldo em alguma prova dos autos, não há que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

Na espécie, existem elementos probatórios sólidos a confirmar a tese acusatória de que os réus se associaram para praticar extorsões e arrecadar o que foi denominado de "espólio de guerra", vale dizer, dinheiro, armamentos e entorpecentes apreendidos durante operações policiais contra o tráfico de drogas e não apresentados em delegacia.

Da mesma forma, há provas revelando a participação de todos no homicídio da vítima que, em virtude de sua atuação como magistrada, criara entraves às suas práticas criminosas; destarte, abriram mão de parte dos ganhos ilícitos para financiar a execução do crime, cuja execução teria sido antecipada em razão das prisões de Carlos Adílio e Sammy Quintanilha (o primeiro já condenado no processo desmembrado).

Por oportuno, vale adiantar no tocante ao corréu Sammy, que o simples fato de se encontrar preso na data do homicídio não exclui necessariamente a sua participação nos delitos. A denúncia não imputou a ele a prática de atos executórios, mas a prestação de auxílio moral e material aos executores do crime, encorajando-os e cedendo parte de seus ganhos ilícitos em favor destes. Além disso, a associação criminosa - em cujos planos já estava o assassinato da magistrada - teria se constituído em momento muito anterior à sua prisão.

O mesmo se diga em relação ao corréu Alex Ribeiro. De acordo com a denúncia, o plano para matar a magistrada retrocedeu à sua saída da guarnição do GAT chefiada por Daniel Benitez, tendo ele abdicado de sua parte no "espólio de guerra" para ajudar a financiar o crime.

Decerto não se descarta que a delação de Sérgio do Costa Júnior prestou importante contributo à investigação. Porém, o minucioso relato relevou-se convergente com vários outros elementos de prova, os quais apontaram os corréus como os autores dos crimes, corroborando a versão do delator.

Esses elementos reunidos se alinharam, inclusive, para desacreditar os depoimentos do próprio Sérgio perante o Corpo de Jurados quando, por exemplo, no julgamento de Sammy Quintanilha, já depois de beneficiado com a delação, afirmou em plenário, de maneira titubeante, que o restante da equipe não revelara a Sammy o plano de matar a juíza "porque ele era frágil psicologicamente" - ou ainda, no julgamento de Alex Ribeiro, quando disse que ninguém da equipe do GAT financiara a aquisição dos veículos e armas utilizados por ele e Daniel Benitez na consecução do homicídio.

Aliás, ao depor no julgamento de Alex Ribeiro, após aparentemente infirmar o auxílio material dos demais corréus, Sérgio na seqüência voltou a reafirmar a

participação de todos no homicídio. Ao responder às indagações do Parquet, ele ratificou os termos da delação, confirmando que os nove integrantes do GAT - o Tenente Daniel Benitez, o sargento Charles Tavares, os cabos Alex Ribeiro, Sammy Quintanilha, Jovanis Falcão, Carlos Adílio e Jeferson de Araújo Miranda e o soldado Júnior César de Medeiros, além dele mesmo - aliados ao Tenente Coronel Cláudio Oliveira, comandante do 7º BPM, repartiam regularmente os "espólios de guerra" e conspiraram para matar a magistrada.

Sem embargo, de grande importância mostrou-se também a delação do corréu Jeferson de Araújo Miranda, espontaneamente feita em sede policial e repetida em juízo sob as garantias processuais e constitucionais, com presença do Ministério Público, da defesa e de representante da OAB. Assim como Sérgio, Jeferson trouxe narrativa detalhada acerca dos precedentes que levaram todos os integrantes do GAT a decidir pela morte da juíza e as circunstâncias atinentes a execução do delito.

Não se desconhece que, posteriormente, Jeferson se retratou, negando os fatos. Todavia, uma série de testemunhos foram prestados noticiando que ele recuara em plenário por motivos escusos: ele teria concluído não ser vantajosa a delação em vista de responder a outros processos por homicídio, além de receber avisos do Tenente Coronel Cláudio Oliveira de que haveria represálias a sua família.

Nesse último sentido, assoma-se com especial relevo o testemunho do policial civil Fernando Rezende Herter, um dos responsáveis pela condução de Jeferson para as apresentações em juízo.

Ao depor nos julgamentos dos corréus Cláudio Oliveira, Charles Azevedo e Alex Ribeiro, o policial Fernando Herter contou que Jeferson relatara para toda a equipe da escolta que "já estava cheio de processo" e que havia recebido "um recado vindo do Tenente Coronel Cláudio". Com isso, pedia para transmitir suas desculpas ao delegado Ricardo Ettore e ao comissário José Carlos Guimarães, responsáveis pela investigação.

A credibilidade da delação de Jeferson ganha reforço com o testemunho da advogada Ana Claudia Abreu Lourenço, sua amiga pessoal, e que prestou depoimento em todos os julgamentos.

[...]

O plano inicial previa a contratação, para a execução do homicídio, de integrantes de uma milícia, a serem pagos com o "espólio" relativo a uma semana - o que confirma que os rumores sobre a intenção de eliminar a magistrada possuíam fundamento na realidade. Contudo, diante das dificuldades de arregimentação de milicianos, a trama acabou sendo mais tarde levada à frente pela própria equipe do GAT. Dois fatores impulsionam os fatos: as prisões de Sammy e Carlos Adílio e, em seguida, os novos decretos de prisão, pois não restariam outras oportunidades para matar a juíza.

A propósito, em sua delação, Sérgio relata: "toda a equipe comentou que se já tivessem matado a juíza, os cabos não teriam sido presos". E ainda: "depois de saber da prisão decretada, BENITEZ passou a insistir muito que a tentativa deveria ocorrer naquela data".

Outrossim, Sérgio faz referência à ida ao endereço da magistrada um mês antes do crime, bem como a duas anteriores tentativas de matá-la, além de detalhar veículos e armas utilizado no crime - o que se encaixa com as demais provas produzidas, contribuindo para conferir fidedignidade ao relato.

Portanto, conforme se observa, existe lastro probatório suficiente a respaldar a tese acusatória, descabendo à Corte interferir na decisão dos

jurados, sob pena de invadir a soberania constitucional dos julgamentos do Tribunal do Júri, juiz natural da causa (CRFB/88, artigo XXXVIII, "c").

[...]

Por conseguinte, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias, na forma pretendida pelos agravantes – ao fundamento de inexistência de provas para a condenação –, implica necessariamente incursão no conjunto probatório dos autos, revelando-se inadequada a análise da pretensão recursal em função do óbice da Súmula 7/STJ.

Inclusive, a falta de justa causa (art. 395, III, do CPP) é caso de rejeição da denúncia, *mas não de absolvição sumária. A absolvição sumária possui hipóteses restritas (art. 397 do CPP), notadamente porque encerra juízo de mérito a respeito do cometimento do delito denunciado* (AgRg no AREsp n. 1.427.631/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 23/9/2019).

Além disso, repita-se, o Tribunal de origem entendeu que houve nos autos suporte probatório suficiente para a decisão do Conselho de Sentença, logo, *desconstituir esse entendimento demandaria a análise do conteúdo fático-probatório dos autos, providência obstada pelo enunciado da Súmula n. 7 do STJ* (AgRg no AREsp n. 958.088/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 8/10/2019).

Noutro giro, para a jurisprudência deste Superior Tribunal, sobre a utilização de uso de *algemas – de quem se apresenta ao Tribunal ou ao juiz, para ser interrogado ou para assistir a uma audiência ou julgamento como acusado –, somente se justifica ante o concreto receio de que, com as mãos livres, fuja ou coloque em risco a segurança das pessoas que participam do ato processual* (HC n. 355.000/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 27/8/2019).

Erigida essa premissa, *in casu*, há plausibilidade na justificativa utilizada para manter os agravantes algemados na sessão de julgamento, pois o efetivo policial disponível para o Tribunal do Júri era insuficiente para garantir a segurança e a ordem na Sessão plenária, nos termos do voto condutor (fls. 9.873/9.874):

[...] As defesas dos corréus Alex Pereira e Daniel Benitez postulam a nulidade

do julgado, alegando, em síntese, a desnecessidade do uso de algemas em plenário do Júri.

A propósito, extrai-se das respectivas atas de julgamento, verbis:

Pelas defesas dos acusados Charles e Alex foi requerida a retirada das algemas dos mesmos, pleito este indeferido por esta Magistrada em razão do escasso número de policiais militares responsáveis pela segurança do local e insuficiente escolta dos acusados, considerando a repercussão social do caso e conseqüente número elevado de pessoas no plenário, bem como em razão do elevado número de audiências a serem realizadas nas varas criminais deste Fórum, (fls. 8146-volume 42)

Pela defesa foi requerida a retirada das algemas do acusado, pleito este indeferido por esta Magistrada em razão do escasso número de policiais militares responsáveis pela segurança do local, considerando a repercussão social do caso e conseqüente número elevado de pessoas no plenário, além de ser o acusado, notoriamente, de alta periculosidade, inclusive acautelado em presídio federal, (fls. 7372-volume 38)

Conforme se observa, os decisórios se encontram devidamente fundamentados na carência de aparato policial compatível com a evidenciada periculosidade dos réus, o que afasta possível abusividade no uso das algemas.

As defesas parecem abstrair o conteúdo da acusação: os réus, todos policiais militares - portanto, colegas de farda dos membros da escolta - foram acusados de integrar uma quadrilha armada incrustada em um batalhão da própria PM e de ousadamente tramar a morte e executar a juíza de Direito do IV Tribunal da comarca vizinha que, no regular exercício de seu múnus público, estaria causando embaraços a suas atividades criminosas.

Em suma, no caso em peculiar, subsistiam motivos concretos a justificar o uso excepcional das algemas para garantia da integridade física dos presentes, inclusive dos jurados, das testemunhas - algumas, inclusive, dizendo-se ainda sob ameaças - bem como da juíza presidente, nos exatos termos da Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

Logo, em relação à utilização de algemas, não merece reforma o acórdão estadual, porque firmado em elementos adequados para a sua justificativa.

Outro ponto nodal é a fixação da dosimetria da pena, a qual foi firmada pela instância de origem nos termos seguintes (fls. 9.895/9.899):

[...] Dosimetria (Alex, Charles, Sammy, Cláudio Luiz e Daniel)

De maneira semelhante, as defesas dos corréus Alex, Charles, Sammy, Cláudio Luiz e Daniel alegam excesso na aplicação da pena.

Contudo, nenhum reparo há que ser feito no tocante ao crime de homicídio.

Note-se que os Conselhos de Sentença reconheceram a presença de três circunstâncias qualificadoras, o que já conduz às penas ao patamar básico de 12 anos de prisão. E nada impede que, ao proceder à dosimetria, o Juízo Presidente erija uma dessas circunstâncias para caracterizar a figura qualificada e pondere as demais no âmbito das causas de aumento ou mesmo dentre as circunstâncias

judiciais - como ocorrente na espécie.

Ademais, impossível descurar as nefastas circunstâncias e conseqüências do delito para além das noções de torpeza e impunidade inerentes à própria figura qualificada.

Com efeito, os réus, policiais militares, não apenas planejaram e executaram a morte de uma cidadã proba e mãe de família - o que já traduz uma culpabilidade exacerbada, considerando ser tal conduta a absoluta antítese de suas funções - mas também visaram uma magistrada por conta de sua atuação no cumprimento do dever judicante; e assim agiram para garantir que continuassem extorquindo traficantes, forjando autos de resistência e angariando o chamado "espólio de guerra", cenário que subverte a própria noção de segurança pública e mina o esforço do aparelho estatal no combate ao crime organizado.

Considerando esse contexto, invariavelmente a pena-base de todos os réus deve ser aumentada em proporção bem acima dos parâmetros ordinariamente apontados pela jurisprudência para cada circunstância judicial, seja no tocante ao homicídio, seja no tocante ao crime de quadrilha.

Cumpra assinalar, especificamente em relação à Cláudio Luiz e Daniel, que se encontra igualmente justificada a majoração das reprimendas em proporção superior à fixada para os outros corréus, porquanto a culpabilidade de ambos supera a dos demais, como ressaltado pela magistrada sentenciante.

O primeiro deles era o Comandante do 7º BPM e, ao invés de sobranceiramente resguardar os interesses da coletividade e da própria vítima, afirmou aos comandados tratar-se a execução da juíza um favor que lhe faziam, "legitimando" o plano criminoso.

O segundo, por sua vez, foi o principal fomentador da morte de vítima e um de seus algozes, valendo obtemperar que em duas oportunidades anteriores já havia tentado matá-la; outrossim, consumou o delito após segui-la desde a saída de seu trabalho, com uma saraivada de vinte e um tiros na porta de casa, em repugnante excesso de execução.

Sem embargo, quanto ao delito de quadrilha, cabe aqui importante registro.

A Lei 12.850/2013, visando a aparentemente recrudescer a resposta penal, modificou o delito do art. 288 do Código Penal, alterando o nomen iuris de "quadrilha ou bando" para "associação criminosa" e estabelecendo, no caput do dispositivo, o número mínimo de três participantes.

No parágrafo único, também com nova redação, além da associação armada, o tipo passou a prever a figura da participação de criança ou adolescente. Malgrado, em relação à quadrilha armada consubstanciou uma novatio legis in melius, pois o aumento, que era do "dobro", passou a ser de "até a metade" a título de causa de aumento.

Nesse contexto, mantidos os fundamentos já expostos para os aumentos efetuados, cumpre, de todo modo, redimensionar a reprimenda dos réus, destarte acomodando-as no patamar de 3 anos e 9 meses de reclusão para Alex, Charles e Sammy e no patamar de 4 anos e 6 meses de reclusão para Cláudio Luiz e Daniel.

[...]

Ressalte-se que, no caso dos autos, depreende-se que as instâncias de origem fundamentaram adequadamente a dosimetria da pena, *reportando-se aos pressupostos fáticos que autorizam a sua apreciação pela Corte Popular. Alterar tais conclusões*

depende de nova incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que não é admitido em sede de recurso especial, conforme o enunciado n. 7 da Súmula desta Corte (AgRg no AREsp n. 1.449.089/PB, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 25/6/2019).

Por fim, exsurge-se, inconteste, que não há de se indagar acerca da suposta nulidade de *decisum*, quando inexistente demonstração de efetivo prejuízo – *pas de nulité sans grief* –, consoante o estabelecido no art. 563 do Código de Processo Penal.

Analisando-se detidamente os autos, extrai-se que os princípios do contraditório e da ampla defesa foram adequadamente observados durante o trâmite processual, logo, *para possível declaração de nulidade, indispensável a demonstração do prejuízo sofrido pela parte – pas de nulité sans grief* (AgRg nos EDcl no REsp n. 721.555/PI, Ministro Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 18/4/2011).

In casu, **não** se evidencia a ocorrência de qualquer prejuízo para os réus (agravantes), que, tal como já enfatizado, exerceram, em plenitude, as prerrogativas inerentes ao direito de defesa.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, **nego provimento** aos agravos em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator